

3ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL NPU: 29684-70.2010.8.17.0001

Nº 271132-6

AGRAVANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA

AGRAVADA: THORN ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATORA

SUBSTITUTA: JUÍZA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. APELAÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE NATUREZA SATISFATIVA. PLANO DE SAÚDE. RESTABELECIMENTO DO CONTRATO. PRESCINDIBILIDADE DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. DEFICIÊNCIA FORMAL SUPERADA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

I- É admitido o manejo de cautelar satisfativa em casos excepcionais, notadamente quando a decisão prolatada exaure-se em si mesma, tornando desnecessária a interposição da ação principal.

II- Ainda que fosse incabível o manejo de ação cautelar de natureza satisfativa, o fato de a ação ter sido denominada "cautelar" constitui mero erro formal, não ensejando, assim, a extinção do processo por inadequação da via eleita, porquanto a fungibilidade da tutela cautelar e da tutela antecipatória não é vedada, levando-se em consideração, fundamentalmente, a mesma finalidade prática dos institutos.

III- Sendo assim, é de ser mantida a sentença, ainda que por fundamento diverso, haja vista se tratar de medida cautelar de cunho satisfativo, que visava tão somente o provimento jurisdicional para o fim de restabelecer o contrato de plano de saúde em questão, o que foi devidamente atendido pela Agravante, por meio da liminar deferida, restando, portanto, despidendo exigir-se o ajuizamento da demanda principal, sob pena de incorrer em duplicidade desnecessária.

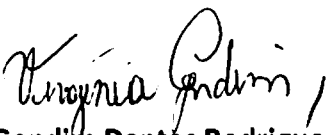
IV- É de bom alvitre frisar, por fim, que qualquer discussão acerca de eventual inadimplência do segurado deverá ser promovida por meio de ação própria, eis que a presente via processual eleita é inadequada para esse fim.

X- Recurso de Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos este Recurso de Agravo na Apelação nº 271132-6, em que figura como Agravante GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA e como Agravada THORN ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 21.03.2013


Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta



3ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL NPU: 29684-70.2010.8.17.0001

Nº 271132-6

AGRAVANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA

AGRAVADA: THORN ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATORA

SUBSTITUTA: JUÍZA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES

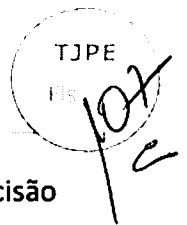
RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pela **GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA** em face da decisão terminativa de fls.88/90, proferida por esta Relatoria que, com fulcro no Art.557, caput, do CPC, negou seguimento ao Apelo por ela interposto, por considerá-lo manifestamente improcedente, e em confronto com a jurisprudência dominante do C. STJ, mantendo, por conseguinte, incólume a sentença fustigada, que julgou procedente o pedido cautelar, convolvando em definitiva a liminar concedida (fl.39), e condenando a Ré, ora Agravante, ao pagamento das custas e verbas honorárias à razão de 10% sobre o valor da causa.

Em seu arrazoadado (fls.68/73), repisa os mesmos argumentos expendidos em sede de Apelo, no sentido de que a ação cautelar deveria ter sido extinta em virtude da perda superveniente do interesse de agir da empresa Autora por não ter manejado a ação principal no trintídio subsequente à data da efetivação da providência liminar, consoante regra insculpida no Art. 806 do CPC¹.

Ao final, requer seja exercido o juízo positivo de retratação, e caso não seja este o melhor entendimento, pugna pelo provimento do presente recurso pelo Órgão Colegiado, a fim de que seja dado conhecimento e provimento ao Apelo, reformando integralmente a sentença vergastada, julgando-se extinta sem resolução do mérito ou totalmente improcedente a ação cautelar ajuizada pela empresa Agravada.

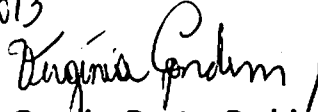
¹ Art. 808 CPC- Cessa a eficácia da medida cautelar: I - se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido no Art. 806; II - se não for executada dentro de 30 (trinta) dias; III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.



Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão impugnada, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 21.03.2013


Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta

3ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL NPU: 29684-70.2010.8.17.0001

Nº 271132-6

AGRAVANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA

AGRAVADA: THORN ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATORA

SUBSTITUTA: JUÍZA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES

VOTO DO RELATOR

A GOLDEN CROSS, ora Agravante, repropõe os mesmos argumentos levantados em sede de Apelo, no sentido de que deveria ter sido extinta a ação cautelar em virtude da perda superveniente do interesse de agir da empresa Autora por não ter manejado a ação principal no trintídio subsequente à data da efetivação da providência liminar, consoante regra insculpida no Art. 806 do CPC.

Sendo assim, não há alternativa senão reproduzir os fundamentos esposados na decisão monocrática ora vergastada, com esteio na jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal de Justiça e do C. Superior Tribunal de Justiça.

É sabido que, via de regra, as cautelares visam à preservação dos atos praticados nos autos principais, seja de maneira acessória, preparatória ou incidental, sendo que, excepcionalmente, a medida cautelar possui natureza satisfativa, atendendo ao fim pretendido na ação principal, cuja propositura, de consequência, torna-se dispensável.

Nesse sentido, o C. STJ sufraga o entendimento de que há situações excepcionais em que o direito postulado, exaure-se em si mesmo, é auto-satisfativo, o que acarreta na desnecessidade que seja veiculado outro pedido de natureza principal, afastando-se, assim, a aplicação do disposto no Art. 808, inciso I, do CPC². Convém reproduzir os arestos abaixo colacionados, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CHEQUES. INDICAÇÃO. INÉPCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. AÇÃO PRINCIPAL. INDICAÇÃO. CAUTELAR SATISFATIVA. DESNECESSIDADE. NÃO PROVIMENTO. (...) 2. "Em regra, as ações cautelares têm natureza acessória, ou seja, estão, em tese, vinculadas a uma demanda principal, a ser proposta ou já em curso. Ocorre que, em

² Art. 808 - Cessa a eficácia da medida cautelar: I - se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido no Art. 806; Art 806. Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório).

hipóteses excepcionais, a natureza satisfativa das cautelares se impõe, como no caso vertente, em que a ação cautelar de exibição de documentos exaure-se em si mesma, com a simples apresentação dos documentos, inexistindo pretensão ao ajuizamento de ação principal. Desta feita, nos casos em que a ação cautelar tem caráter satisfativo, não há que se falar no indeferimento da petição inicial pela inobservância do requisito contido no art. 801, III, do CPC, segundo o qual "o requerente pleiteará a medida cautelar em petição escrita, que indicará a lide e seu fundamento". (REsp 744.620/RS, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2005, DJ 12/09/2005, p. 344) 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, 4ª T., AgRg no Ag 1418187/RJ, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, j. 28/08/2012, in Dje 03/09/2012, sem grifos no original)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NATUREZA SATISFATIVA. DISPENSA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL.1. A matéria discutida nas razões do recurso especial foi debatida no âmbito do acórdão recorrido, pelo que merece ser repelida a tese de ausência de prequestionamento.2. Entendimento desta Corte no sentido de que na medida cautelar de cunho satisfativo é desnecessária a propositura da ação principal.3. Agravo regimental não provido.(AgRg no REsp 1161459/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 01/09/2010, sem grifos no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTS.258 E 259 DO RISTJ. AÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DO ASSOCIADO EM COMPARECER E VOTAR EM ASSEMBLEIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INEXISTÊNCIA, IN CASU, DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NATUREZA SATISFATIVA DA MEDIDA CAUTELAR.PRESCINDIBILIDADE DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. ART. 131 DO CPC.SÚMULA 07/STJ.1. [...].4. Consoante o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, em situações excepcionais, possuindo a medida cautelar natureza evidentemente satisfativa, revela-se despiciendo o ajuizamento da ação dita principal (Precedentes: REsp n.º 805.113/RS, Rel. Min.Castro Meira, Segunda Turma, DJe de 23/10/2008; e AgRg no Ag n.º 810.122/RJ, Rel. Min. Massami Uyeda, Quarta Turma, DJe de 17/03/2008) 5. O reexame do conjunto fático-probatório carreado aos autos é atividade vedada a esta Corte superior, na via especial, nos expressos termos do enunciado sumular n.º 07 do STJ.6. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no Ag 616.537/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 12/11/2009, sme grifos no original)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MEDIDA CAUTELAR. NATUREZA SATISFATIVA. DISPENSA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLEMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DOS ARTS. 22 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E 6º, § 3º, II, DA LEI Nº 8.987/95. PRECEDENTES. 1. Em princípio, as medidas cautelares estão vinculadas a uma ação principal a ser ajuizada ou em curso, consoante os artigos 800, 806 e 808. Contudo, esta Corte sufraga o entendimento de que em certas situações, a natureza satisfativa da medida cautelar, torna desnecessária a postulação de pedido em caráter principal. No caso concreto, a pretensão veiculada na ação cautelar de restabelecimento de energia elétrica não se submete ao prazo preclusivo previsto no artigo 806 do Código de Processo Civil.

VJR

Precedentes.[...]4. Recurso especial provido em parte.(REsp 805.113/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 23/10/2008, sem grifos no original).

Com efeito, é admitido o manejo de cautelar satisfativa em casos excepcionais, notadamente quando a decisão prolatada exaure-se em si mesma, tornando desnecessária a interposição da ação principal. É o que se verifica no presente caso.

Na hipótese, observa-se dos autos que, o Agravado teve seu contrato de plano de saúde cancelado de forma unilateral pela seguradora Ré, ora Agravante, sem a devida notificação prévia do segurado, motivo pelo qual este ingressou com a medida cautelar em questão, para fins de obter o restabelecimento da relação contratual.

Nessa toada, considerando presentes os requisitos autorizadores para a concessão da medida pleiteada, quais sejam o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, o Magistrado de primeiro grau deferiu a liminar (fl. 39), determinando o restabelecimento do contrato sob enfoque, o que foi devidamente atendido pela Apelante (fl.42), restando claro, portanto, que os efeitos da decisão se exauriram.

Nessa toada, é evidente a natureza satisfativa da medida preparatória em questão, eis que a concessão da tutela cautelar implica na configuração dos efeitos que seriam perseguidos na ação principal, razão pela qual se torna escusado o seu ajuizamento.

Noutro giro, ainda que não fosse considerada a excepcionalidade da natureza satisfativa da medida cautelar, quando há exaurimento dos efeitos da decisão prolatada, subsiste outro argumento que reforça a manutenção da sentença: a fungibilidade da tutela cautelar e da tutela antecipatória.

Nesse sentido, não obstante o pedido ter sido veiculado por meio de ação cautelar satisfativa, quando, em realidade, poderia ter sido ajuizado ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, tal fato não ensejaria a extinção do processo por inadequação da via eleita, porquanto a fungibilidade da tutela cautelar e da tutela antecipatória não é vedada, levando-se em consideração, fundamentalmente, a mesma finalidade prática dos institutos.

ym

No caso em apreço, dar prevalência à forma significaria ir de encontro aos princípios da efetividade e da instrumentalidade, haja vista o Apelado ter demonstrado a plausibilidade de seu direito ao restabelecimento do contrato de plano de saúde, bem como o risco que a demora do processo poderia lhe causar.

Tal posicionamento é adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, consoante arestos abaixo ementados, guardadas as devidas peculiaridades:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. AÇÃO DENOMINADA 'CAUTELAR'. NATUREZA SATISFATIVA. DEFICIÊNCIA FORMAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR. 1. Não houve ofensa ao art. 535 do CPC. O Tribunal de origem apreciou de forma completa e fundamentada as questões necessárias ao deslinde da controvérsia. 2. Embora indevidamente intitulada "cautelar", a ação proposta para impedir a suspensão do fornecimento de energia tem natureza satisfativa, o que dispensa a propositura da "ação principal" (art. 806 do CPC). Trata-se, no caso, de mera deficiência formal (REsp 851.884/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 29/10/2008, sem grifos no original).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DENOMINADA 'CAUTELAR'. NATUREZA SATISFATIVA. DEFICIÊNCIA FORMAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLENTO. DÉBITOS ANTIGOS E JÁ CONSOLIDADOS. IMPOSSIBILIDADE. 1. É dispensável a propositura da 'ação principal' quando a ação denominada 'cautelar' contém pedido de natureza satisfativa de direito material – deficiência formal superada. Precedentes: REsp 682.583/RS, Min. Denise Arruda, 1ª T., DJ 31.08.2006; REsp 139.587/RS, Min. João Otávio de Noronha, 2ª T., DJ 28.02.2005; REsp 541.410/RS, Min. Cesar Asfor Rocha, 4ª T., DJ 11.10.2004. 2. A Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, prevê, nos incisos I e II do § 3º do art. 6º, duas hipóteses em que é legítima sua interrupção, em situação de emergência ou após prévio aviso: (a) por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; (b) por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade. 3. Todavia, quando se tratar de cobrança de débitos antigos e consolidados, essa Corte firmou o entendimento de que é indevido o corte de energia elétrica, devendo os mencionados débitos serem cobrados pelas vias ordinárias de cobrança. 4. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 875.993/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 1.3.2007, sem grifos no original).

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DENOMINADA 'CAUTELAR', MAS COM PEDIDO DE NATUREZA SATISFATIVA DE DIREITO MATERIAL. DEFICIÊNCIA FORMAL SUPERADA, DISPENSANDO-SE A PROPOSITURA DE 'AÇÃO PRINCIPAL'. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO" (REsp 440.666/RS, Teori Albino Zavascki, DJU de 31.05.04, sem grifos no original)."

Portanto, ainda que fosse incabível o manejo de ação cautelar de natureza satisfativa, o fato de a ação ter sido denominada "cautelar" constitui mero erro formal, passível de correção pelo princípio da fungibilidade.

Sendo assim, impõe-se seja mantida a sentença, ainda que por fundamento diverso, haja vista se tratar de medida cautelar de cunho satisfativo, que visava tão somente o provimento jurisdicional para o fim de restabelecer o contrato de plano de saúde em questão, o que foi devidamente atendido pela Agravante, por meio da liminar deferida(fl.39), sendo, portanto, despiciendo exigir-se o ajuizamento da demanda principal, sob pena de se incorrer em duplicidade desnecessária.

É de bom alvitre frisar, por fim, que qualquer discussão acerca de eventual inadimplência do segurado deverá ser promovida por meio de ação própria, eis que a presente via processual eleita é inadequada para esse fim.

À luz de tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao presente Recurso de Agravo, mantendo-se a decisão invecivada em todos os seu termos.

Recife, 21.03.2013



Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

Relatora Substituta